

AMNISTIA INTERNACIONAL

DECLARAÇÃO PÚBLICA

Índice: ASA 57/003/2014
21 de Novembro de 2014

Timor-Leste: Os direitos das vítimas e a independência do sistema judicial ameaçados pela expulsão arbitrária de funcionários judiciais

A decisão do Parlamento e do governo de Timor-Leste de rescindir arbitrariamente os contratos dos assessores e funcionários judiciais estrangeiros terá um impacto negativo sobre as vítimas e o seu direito a um recurso efectivo, afirmou a Amnistia Internacional. Esta iniciativa suscita também sérias preocupações sobre a independência judicial no país.

No dia 24 de Outubro, o Parlamento de Timor-Leste aprovou uma resolução solicitando ao governo que, no âmbito de uma “auditoria” do sistema judicial, rescindisse de imediato todos os contratos existentes, assim como as renovações de contratos, de funcionários judiciais estrangeiros, incluindo juízes, procuradores, defensores públicos e assessores jurídicos estrangeiros. A resolução citava o “interesse nacional” como o motivo para esta medida e punha em questão a competência e a integridade dos juízes e procuradores estrangeiros.

Pouco depois, no mesmo dia, o governo emitiu uma resolução suspendendo todos os contratos de funcionários judiciais existentes, “invocando motivos de força maior e a necessidade de proteger de forma intransigente o interesse nacional”. No dia 28 de Outubro, o Presidente do Tribunal de Recurso emitiu o parecer de que a resolução não tinha base legal e ordenou que os magistrados estrangeiros dessem continuidade às suas funções. Contudo, três dias mais tarde, no dia 31 de Outubro, o governo emitiu outra resolução, ordenando ao serviço de imigração que cancelasse, com efeito imediato, os vistos de trabalho de oito funcionários judiciais e exigindo que estas pessoas saíssem do país no prazo de 48 horas. Os oito indivíduos saíram entretanto do país. Além disso, a Amnistia Internacional foi informada de que todos os juízes e procuradores internacionais deixaram também o país.

A Amnistia Internacional está preocupada com a possibilidade de a partida súbita de funcionários judiciais vir a ter um impacto considerável sobre o frágil sistema judicial de Timor-Leste, que está já a ressentir-se de um acúmulo de processos judiciais pendentes. A organização está particularmente preocupada com o impacto nas vítimas, cujos casos serão agora objecto de novo julgamento e que enfrentam agora mais demoras em aceder ao seu direito a um recurso efectivo. A Amnistia Internacional está ainda preocupada pelo facto de os casos a serem julgados de novo incluírem casos de violência doméstica e agressões sexuais, que constituem a maioria dos casos nos tribunais de Timor-Leste. As vítimas, principalmente mulheres e crianças, poderão ficar sujeitas a traumas e vitimização adicionais se forem obrigadas a testemunhar de novo no âmbito de novos processos em tribunal.

Além da demora no acesso a um recurso efectivo para as vítimas, a Amnistia Internacional crê que as acções do Parlamento e do governo timorense constituem uma interferência indevida no funcionamento do sistema judicial, que infringe a Constituição de Timor-Leste. O artigo 119º garante a independência dos tribunais, enquanto o artigo 121º (3) afirma que “Os juízes são inamovíveis, não podendo ser suspensos, transferidos, aposentados ou demitidos, senão nos termos da lei.” Os juízes só podem ser afastados das suas funções pelo Conselho Superior da Magistratura Judicial, e os procuradores pelo Conselho Superior do Ministério Público.

Alguns activistas locais manifestaram também a sua apreensão por estas rescisões poderem estar ligadas a vários casos de corrupção envolvendo funcionários governamentais ou legisladores que estão a ser investigados ou tinham sido levados a tribunal ou decididos por funcionários judiciais estrangeiros.

A Amnistia Internacional está também preocupada por a suspensão destes funcionários judiciais pôr em causa o processamento dos que estão acusados de crimes contra a humanidade e graves violações dos direitos humanos, cometidos no contexto do referendo de 1999 sobre a independência de Timor-Leste. Funcionários judiciais estrangeiros especializados em direito penal internacional têm dado apoio na investigação e processamento destes casos ao longo da última década. O seu afastamento afectará também a formação jurídica em Timor-Leste, pois algumas das pessoas que já partiram tinham estado a ensinar no Centro de Formação Jurídica.

A Amnistia Internacional insta o governo e o parlamento a anular a sua decisão de suspender os funcionários judiciais, de forma a assegurar a integridade e bom fornecimento do sistema judicial nacional. Qualquer decisão de afastar juízes, procuradores ou outros funcionários judiciais deve ser tomada de acordo com os procedimentos estabelecidos na lei e deve ser sujeita a uma revisão independente.

Juízes, procuradores e defensores públicos, a maioria dos quais são originários de países de língua portuguesa, têm feito parte do sistema judicial de Timor-Leste desde a independência, em 2002. Outros trabalham como assessores jurídicos na Comissão Anticorrupção e no Centro de Formação Jurídica.